



NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS DE 11 A 15 DE FEVEREIRO DE 2019

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMOS DIPLOMAS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 278/XIII](#)

Determina que o exercício das funções de árbitro em matéria tributária exige a renúncia à condição de magistrado judicial jubilado, procedendo à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de janeiro, que aprova o regime jurídico da arbitragem em matéria tributária

CONSUMO

[Lei n.º 14/2019 - Diário da República n.º 30/2019, Série I de 2019-02-12](#)

Assembleia da República

Altera o funcionamento e enquadramento das entidades de resolução extrajudicial de litígios de consumo, procedendo à segunda alteração à [Lei n.º 144/2015](#), de 8 de setembro

FINANCEIRO

[Lei n.º 17/2019 - Diário da República n.º 32/2019, Série I de 2019-02-14](#)

Assembleia da República

Regime de comunicação obrigatória de informações financeiras

[Lei n.º 15/2019 - Diário da República n.º 30/2019, Série I de 2019-02-12](#)

Assembleia da República

Transparência da informação relativa à concessão de créditos de valor elevado e reforço do controlo parlamentar no acesso a informação bancária e de supervisão

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística – Fundos de investimento - dezembro de 2018](#)

[Nota de Informação Estatística - Empréstimos e depósitos bancários - dezembro de 2018](#)

[Nota de Informação Estatística - Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos - dezembro de 2018](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores mensais dos fundos de investimento mobiliário - janeiro de 2019](#)

[CMVM proferiu decisão em 25 processos de contraordenação no 4º trimestre de 2018](#)

[Indicadores mensais de receção de ordens - janeiro de 2019](#)

[CMVM informa emitentes sobre novidades a ter em conta em 2019](#)

FISCAL

[Decreto-Lei n.º 28/2019 - Diário da República n.º 33/2019, Série I de 2019-02-15](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes bem como das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA

[Decreto do Presidente da República n.º 12/2019 - Diário da República n.º 32/2019, Série I de 2019-02-14](#)

Presidência da República

Ratifica o Acordo entre a República Portuguesa e a República de Angola sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Matéria Fiscal, assinado em Luanda, em 18 de setembro de 2018

[Decreto do Presidente da República n.º 13/2019 - Diário da República n.º 32/2019, Série I de 2019-02-14](#)

Presidência da República

Ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Angola para Eliminar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Fraude e a Evasão Fiscal, assinada em Luanda, em 18 de setembro de 2018

[Resolução da Assembleia da República n.º 22/2019 - Diário da República n.º 32/2019, Série I de 2019-02-14](#)

Assembleia da República

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República de Angola sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Matéria Fiscal, assinado em Luanda em 18 de setembro de 2018

[Resolução da Assembleia da República n.º 23/2019 - Diário da República n.º 32/2019, Série I de 2019-02-14](#)

Assembleia da República

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Angola para Eliminar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Fraude e a Evasão Fiscal, assinada em Luanda, em 18 de setembro de 2018

IMOBILIÁRIO

[Lei n.º 12/2019 - Diário da República n.º 30/2019, Série I de 2019-02-12](#)

Assembleia da República

Proíbe e pune o assédio no arrendamento, procedendo à quinta alteração ao Novo Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pela [Lei n.º 6/2006](#), de 27 de fevereiro

[Lei n.º 13/2019 - Diário da República n.º 30/2019, Série I de 2019-02-12](#)

Assembleia da República

Medidas destinadas a corrigir situações de desequilíbrio entre arrendatários e senhorios, a reforçar a segurança e a estabilidade do arrendamento urbano e a proteger arrendatários em situação de especial fragilidade

PENAL

[Lei n.º 16/2019 - Diário da República n.º 32/2019, Série I de 2019-02-14](#)

Assembleia da República

Quinta alteração à [Lei n.º 52/2003](#), de 22 de agosto (Lei de combate ao terrorismo), transpondo a Diretiva (UE) [2017/541](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

[Aviso n.º 2553/2019 - Diário da República n.º 32/2019, Série II de 2019-02-14](#)

Finanças - Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Taxas supletivas de juros moratórios em vigor no 1.º semestre de 2019

TRABALHO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2019 - Diário da República n.º 31/2019, Série I de 2019-02-13](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Plano de Ação para a Segurança e Saúde no Trabalho na Administração Pública 2020

TURISMO

[Decreto n.º 5/2019 - Diário da República n.º 33/2019, Série I de 2019-02-15](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau no domínio do Turismo, assinado em Lisboa, em 2 de março de 2016

SOCIETÁRIO

[Decreto-Lei n.º 26/2019 - Diário da República n.º 32/2019, Série I de 2019-02-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina o montante das taxas para efeitos de inscrição nas listas oficiais de mediadores e regula os termos da remuneração do mediador de recuperação de empresas

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 14 FEVEREIRO DE 2019

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

1. O Conselho de Ministros aprovou hoje um [conjunto de diplomas que vêm consolidar a estratégia definida no âmbito da Nova Geração de Políticas da Habitação](#), tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das populações, a revitalização das cidades e a promoção da coesão social e territorial.

Neste contexto, e a par das medidas já lançadas e em execução no âmbito da Nova Geração de Políticas de Habitação, foram hoje aprovados novos instrumentos que reforçam e complementam o trabalho que vem sendo desenvolvido desde final de 2017:

- Decreto-lei que cria o **Direito Real de Habitação Duradoura (DHD)**.

O DHD foi aprovado na generalidade para discussão pública.

- **Programa de Arrendamento Acessível (PAA)**, através do qual se pretende promover uma oferta alargada de habitação para arrendamento a preços mais reduzidos, compatíveis com os rendimentos das famílias.

- Foi aprovado o **regime especial dos contratos de seguro de arrendamento no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível**.

- Decreto-lei que **altera as regras aplicáveis à intimação para a execução de obras coercivas necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade das edificações**, nos casos em que os proprietários não cumpram o seu dever legal.

- Decreto-lei que procede **ao agravamento do imposto municipal sobre imóveis (IMI) relativamente a prédios devolutos em zonas de pressão urbanística**.

2. Foi aprovado o decreto-lei que define algumas regras aplicáveis à atividade da associação Startup Portugal.

3. Foi aprovado o lançamento do Portal da Administração Pública «ePortugal», sob o domínio eportugal.gov.pt, que sucede ao Portal do Cidadão e ao Balcão do Empreendedor.

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

[Regulamento n.º 83 da Comissão Económica para a Europa da Organização das Nações Unidas \(UNECE\) — Prescrições uniformes relativas à homologação de veículos no que respeita à emissão de poluentes em conformidade com as exigências do motor em matéria de combustível \[2019/253\]](#)

[Regulamento Delegado \(UE\) 2019/254 da Comissão, de 9 de novembro de 2018, sobre a adaptação do anexo III do Regulamento \(UE\) n.º 1315/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às orientações da União para o desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes](#)

[Regulamento Delegado \(UE\) 2019/248 da Comissão, de 13 de novembro de 2018, que retifica o Regulamento \(UE\) n.º 63/2011 que estabelece as modalidades do pedido de uma derrogação aos objetivos de emissões específicas de CO2 nos termos do artigo 11.º do Regulamento \(CE\) n.º 443/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

[Recomendação \(UE\) 2019/243 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2019, relativa a um formato europeu de intercâmbio de registos de saúde eletrónicos](#)

[Regulamento \(UE\) 2019/237 da Comissão, de 8 de fevereiro de 2019, que altera o Regulamento \(CE\) n.º 1126/2008 que adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento \(CE\) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à Norma Internacional de Contabilidade 28](#)

COMUNICADOS DE IMPRENSA

[Mercado Único Digital: Negociadores da UE chegam a acordo quanto à criação de novas normas europeias para melhorar a equidade das práticas comerciais nas plataformas em linha](#)

[Luta contra o branqueamento de capitais: Perguntas e respostas sobre a lista da UE de países terceiros de risco elevado](#)

[União da Segurança: Comissão congratula-se com o acordo sobre o reforço das regras de luta contra o financiamento do terrorismo](#)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

Melhor Sociedade de Advogados
no Serviço ao Cliente
Chambers European Awards 2018

Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2017-2015, 2011-2006
The Lawyer European Awards 2015, 2012
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

Top 50 - Sociedades de Advogados
mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2017-2011